

# CONEXXÕES

Curso EAD

# Retenções de Tributos na Administração Pública

14 a 17 de maio de 2024

+ 55 71 99188-3163 

atendimento@conexxoes.com.br 

www.conexxoes.com.br 



## Apresentação

Para que a Administração Pública obtenha o dinamismo necessário e o perfeito desempenho de suas atividades, nas áreas de Execução Orçamentária, Financeira, Patrimonial e Contábil, e por se tratarem de áreas de grande relevância para a gestão de recursos públicos e a tomada de decisões, torna-se necessária a busca permanente de capacitação e aprimoramento dos servidores públicos. Sendo o uso incorreto das regras de retenção um gerador de risco e ineficiência, este curso apresenta-se consolidado nos principais instrumentos da legislação que trata de retenções de tributos, tais como:

- Decreto Federal no 9.580/2018, que trata da retenção do Imposto de Renda, por parte dos órgãos e entidades dos governos estaduais e municipais e instituições privadas, sobre pagamentos a Pessoas Jurídicas;
- IN RFB no 1.500/2014, que trata da retenção do Imposto de Renda sobre pagamentos a Pessoas Físicas;
- IN RFB no 1.1234/2012, que trata da retenção, pelos órgãos e entidades do Governo Federal, do IRPJ; COFINS; CSLL e PIS/PASEP sobre pagamentos a Pessoas Jurídicas (Visão Geral);
- IN SRF nº 459/2001, que trata da retenção das contribuições sociais PIS-PASEP/COFINS/CSLL, por parte das entidades da administração pública estadual e municipal, bem como das instituições privadas (Visão Geral);
- IN RFB no 2.110/2022, que trata da retenção da Contribuição Previdenciária sobre pagamentos a Pessoas Jurídicas e a Pessoas Físicas;
- Lei Complementar no 116/2003, que trata da retenção do ISS sobre pagamentos a Pessoas Jurídicas e a Pessoas Físicas;
- Lei nº 123/2006, que trata do Simples Nacional;
- Lei nº 12.546/2011, que trata da desoneração da folha de pagamento das Pessoas Jurídicas;
- Decreto Federal no 8.373/2014, que Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social);
- IN RFB nº 1.990/2020, que trata da DIRF – Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte;
- IN RFB no 2.133/2023, que Institui a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf); e,
- IN RFB no 2.005/2021, que Dispõe sobre a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb).

## Objetivos

- Qualificar o profissional para a correta análise da legislação pertinente ao assunto de retenções tributárias e a consequente retenção e recolhimento dos tributos.
- Atualizar, aperfeiçoar, capacitar e gerar conhecimentos relativos à retenção de tributos na administração pública e em relação às novas declarações obrigatórias (SPED; eSocial; EFD-Reinf e DCTFWeb).
- Habilitar o aluno para identificar, de forma clara e objetiva, a legislação que trata das retenções de tributos e assegurá-lo para registrar as devidas retenções , bem como efetuar o recolhimento dos tributos retidos.

## Público-alvo

O curso destina-se a servidores públicos envolvidos nas áreas de Execução Orçamentária, Financeira, Patrimonial e Contábil, bem como a profissionais interessados em aprimorar seus conhecimentos sobre retenções de tributos na administração pública.

## Conteúdo programático

- **Legislação Aplicada a Tributos**
  - Introdução ao estudo da legislação tributária
  - Tributos Federais, Estaduais, Municipais e do DF
  - Tipos de Pessoas Jurídicas
  - Regimes de Tributação
  - Casos Práticos das Empresas do Simples Nacional
  - Casos Práticos de Instituições Imunes e Isentas
  
- **Retenção do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Conforme Decreto Federal 9.580/2018**
  - Aplicável aos Órgãos e Entidades Estaduais, Distritais e Municipais
    - Artigos 157 e 158 da Constituição Federal
    - Fato Gerador
    - Base de Cálculo
    - Hipóteses de Incidência do IRPJ
    - Alíquotas
    - Casos de Dispensa de Retenção do IRPJ
    - Destaque do IRPJ no Documento Fiscal
    - Exceções à Regra de Retenção do IRPJ
    - Prazo para o Recolhimento do IRPJ
    - Comprovante de Retenção
    - Informações na DIRF e DCTF
  
- Retenção de Tributos de Empresas Optantes pelo Simples Nacional



## Conteúdo programático

- **Retenções de Tributos Federais de Pessoa Jurídica (IRPJ, CSSL, COFINS e PIS/PASEP), Conforme IN RFB 1.234/2012** - Aplicável aos Órgãos e Entidades do Governo Federal e IN 459/2004 aplicável a Entidades da Administração Pública Estadual e Municipal e Instituições Privadas
  - Obrigatoriedade da Retenção
  - Base de Cálculo e Alíquotas
  - Hipóteses em que Não Haverá Retenção
  - Declarações que devem ser apresentadas para o Pagamento da Nota Fiscal ou Fatura
  - Prazo para o Recolhimento dos Tributos
  - Destaque dos Tributos no Documento Fiscal
  - Documentos de Cobrança que Contenham Código de Barras
  - Comprovante Anual de Retenção
  - Retenções em Situações Específicas Relacionadas na IN RFB1.234/2012:
    - Agências de Viagens, Turismo e Seguro
    - Seguros e Telefone
    - Agências de Propaganda e Publicidade
    - Consórcios
    - Empresas que Fornecem Vale-Refeição, Vale Transporte e Vale Combustível
    - Combustíveis, Demais Derivados do Petróleo, Álcool Hidratado e Biodiesel
    - Produtos Farmacêuticos
    - Cooperativas de Trabalho e Associações Profissionais
    - Aluguel de Imóveis
    - Pessoa Jurídica Sediada ou Domiciliada no Exterior
    - Pessoa Jurídica Amparada por Decisão Judicial
- **Retenção da Contribuição Previdenciária sobre Pagamentos Efetuados a Pessoas Jurídicas, Conforme IN RFB 2.110/2022**
  - Obrigatoriedade de Retenção
  - Casos de Não Retenção
  - Retenção da Contribuição Previdenciária de Empresas Optantes pelo Simples Nacional
  - Deduções da Base Cálculo
  - Destaque da Retenção no Documento Fiscal
  - Retenção de Empresas Optantes pela Desoneração da Folha de Pagamento, Conforme Lei 12.546/2011
  - Retenção na Prestação de Serviços em Condições Especiais (Exposição a Agentes Nocivos)
  - Dados a Serem Informados no Documento Fiscal
  - Prazo para o Recolhimento da Contribuição Previdenciária de PJ



## Conteúdo programático

- **Retenção do Imposto de Renda sobre Pagamentos Efetuados a Pessoas Físicas, Conforme IN RFB 1.500/2014**
  - Definição de Contribuintes e de Rendimentos Tributáveis
  - Obrigatoriedade da Retenção
  - Tabela Progressiva do Imposto de Renda
  - Base de Cálculo
  - Código do DARF
  - Prazo para o Recolhimento
  - Retenção de Imposto de Renda sobre Pagamento de Aluguel a Pessoas Físicas
  - Comprovante de Rendimentos
- **Retenção da Contribuição Previdenciária sobre Pagamentos Efetuados a Pessoas Físicas, Conforme IN RFB 2.110/2022**
  - Contribuição por Parte do Contribuinte Individual
  - Obrigatoriedade da Retenção
  - Fato Gerador da Obrigação Previdenciária
  - Base de Cálculo e Alíquota
  - Obrigações do Contribuinte Individual
  - Recolhimento da Contribuição Patronal
  - Prazo para o Recolhimento
  - Obrigações da Unidade Pagadora
  - Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP)
- **Retenção do Imposto Sobre Serviços (ISSQN) de Pessoa Jurídica e de Pessoa Física**
  - Artigo 156 da Constituição Federal
  - Lei Complementar Federal 116/2003
  - Lista completa de serviços sujeitos ao ISSQN
  - Retenção do ISS de Empresas Optantes pelo Simples Nacional
  - A nova Nota Fiscal de Serviços no DF
  - Substituição Tributária do ISSQN
  - Alíquotas do ISSQN
  - Caso Práticos de Retenção do ISSQN dentro e fora do Município



## Conteúdo programático

- **Retenções de Tributos de Microempreendedor Individual (MEI)**
- **SPED**
  - Legislação
  - Apresentação do SPED
  - Definição
  - Benefícios com a Implantação do SPED
  - Objetivos do SPED
  - Acesso ao SPED
- **EFD-Reinf**
  - Legislação Aplicada
  - Definição
  - Contribuintes Obrigados a Apresentar a EFD-Reinf
  - Informações que devem ser prestadas na EDF-Reinf
  - Como as Informações Devem ser prestadas na EFD-Reinf
  - Grupos de Eventos
  - Prazo para Envio
  - Cronograma de Implantação
  - Acesso ao Sistema EFD-Reinf
- **DCTFWeb**
  - Legislação Aplicada à DCTFWeb
  - Definição



Nosso diferencial

## Conexões Educação

Conectamos e capacitamos servidores públicos há mais de 38 anos.

**+ 80 mil**

Pessoas  
capacitadas

**+ 5.200**

Treinamentos  
realizados

**38 anos**

de experiência



Metodologia  
Testada e  
**Aprovada!**



**Fórum com instrutores**  
30 dias após conclusão  
da capacitação





## Informações gerais

### Data

14 a 17 de maio de 2024

### Horário

14:00 às 18:00

### Investimento

R\$ 1.790,00

### Carga horária

16 horas

### Forma de pagamento

Banco do Brasil: Ag 2971-8 | C/C 99805-2

Banco Itaú: Ag 0935 | C/C 74821-0

### Telefone

+55 71 99188-3163

### E-mail

incompany@conexxoes.com.br

### Este treinamento pode ser customizado para sua organização. Solicite uma proposta.

\* Após a confirmação do curso, e mesmo antes que tal fato ocorra, a Conexões Educação reserva-se ao direito de adiar, cancelar ou substituir o Instrutor, quando ocorrerem fatores externos que impeçam sua efetivação ou por falta de quórum. Desta forma, não se aplica a Conexões o pagamento de multas.

### Siga-nos em nossas redes:

   / conexxooseducacao

# CONEXXÕES

[www.conexxoes.com.br](http://www.conexxoes.com.br)